

Introdução

A ADRIL - Associação de Desenvolvimento Rural Integrado do Lima iniciou o seu projecto a 31 de Dezembro de 1991. Dá-se assim início à intervenção do LEADER I no Vale do Lima, que veio a encerrar em 31 de Dezembro de 1994, marcado pela concretização de todos os objectivos propostos e lançando uma nova filosofia de actuação entre todos os actores do desenvolvimento local, entidades públicas e privadas.

A continuação deste projecto no âmbito do LEADER II foi equacionada ao longo de 1994, com a redefinição da zona de intervenção, realizando-se a 14 de Julho a reunião da Assembleia Geral da ADRIL que aprovou definitivamente a candidatura, que culminou com a credenciação da ADRIL a 6 de Maio de 1995. A 25 de Abril de 1996, é assinada a Convenção Nacional, dando-se início a uma nova fase que se prolongou até 31 de Dezembro de 1999.

Foram assim lançadas as bases para a continuação de um projecto que se têm revelado do maior alcance para o desenvolvimento do Vale do Lima e que é um exemplo de cooperação institucional ao nível local, nacional e transnacional.

A ADRIL é constituída por entidades representativas de todos os sectores da economia local e que são os principais actores do desenvolvimento do Vale do Lima. O sector público está representado pelas quatro Câmaras Municipais da zona de intervenção (Arcos de Valdevez, Ponte da Barca, Ponte de Lima e Viana do Castelo), pela VALIMA – Associação de Municípios do Vale do Lima, PNPG – Parque Nacional da Peneda/Gerês, RTAM – Região de Turismo do Alto Minho e ISPVC – Instituto Superior Politécnico de Viana do Castelo.

O sector privado está representado pelas seguintes associações:

TURIHAB - Associação do Turismo de Habitação, Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Alto Minho, Centro Cultural Frei Agostinho da Cruz e Diogo Bernardes, Associação Comercial e Industrial de Arcos de Valdevez,

Associação Empresarial de Ponte de Lima, ARVAL - Artesãos Reunidos do Vale do Lima, Adegas Cooperativas de Ponte da Barca, AJAP - Associação dos Jovens Agricultores de Portugal, Adegas Cooperativas de Ponte de Lima, AAVL - Associação dos Agricultores do Vale do Lima, Associação Empresarial de Viana do Castelo, AEVAL - Associação Empresarial Val do Límia e CEVAL – Conselho Empresarial do Vale do Lima.

A área de intervenção da ADRIL tem inúmeras potencialidades, que para além de muitas delas aproveitadas, para o desenvolvimento do Vale do Lima, existem ainda motivos para recuperar, valorizar e dinamizar o vasto património existente nesta região, dando sustentabilidade e melhoria de vida das populações rurais, pois é por elas que deve começar e basear-se toda uma estratégia de desenvolvimento rural integrado.

Geograficamente, o Vale do Lima caracteriza-se por situações distintas, onde a jusante existe uma zona montanhosa intensa, com formações graníticas de grande extensão, onde a altitude pode ir até aos 1200m, decrescendo ao longo do vale, atingindo altitudes de 100m a montante, definindo por si só, diferentes variações de temperatura e índices de pluviosidade.

Tendo ainda a agricultura um papel de importância na região, o declínio da mesma no Vale do Lima é inexorável e todos os indicadores apontam para um processo de esgotamento progressivo. Os agricultores que trabalham a tempo total nas explorações são cada vez em menor número, desenvolvendo mais actividades exteriores remuneradas. Da população agrícola, que gravita em torno da exploração, uma parte significativa, são jovens numa situação expectante, procurando entrar no mercado de trabalho, noutras actividades.

Quadro 1. Indicadores Agrícolas

<i>Indicadores</i>	<i>Minho-Lima</i>	<i>Vale do Lima (ZI)</i>	<i>Arcos de Valdevez</i>	<i>Ponte da Barca</i>	<i>Ponte de Lima</i>	<i>Viana do Castelo</i>	<i>Viana do Castelo (ZI)</i>
N.º Explorações	16 735	9 115	3 081	1 123	3 729	2 384	1 182
SAU (há)	68 273	42 511	16 675	10 784	10 732	7 110	4 320
Blocos/Exploração	8,5	8,2	7,1	12,9	5,5	7,2	7,3
Pop. Agrícola	57 799	31 865	9 005	3 764	14 284	9 703	4 812
Produtores – Total	16 511	8 998	3 037	1 111	3 673	2 369	1 177
Homens	8 842	4 560	1 681	589	1 796	1 128	494
Mulheres	7 669	4 438	1 356	522	1 877	1 241	683
Trabalho Exploração (N.º produtores)							
>0<50%	3 634	1 710	597	140	672	532	301
>=50 a <100%	8 598	4 832	1 778	761	1 621	1 057	672
Completo	4 279	2 456	662	210	1 380	780	204
Trabalho Exploração (% Produtores)							
>0<50%	22, 01	19	20	13	18	22	26
>=50 a <100%	52, 07	54	59	68	44	45	57
Completo	25, 92	27	22	19	38	33	17
Actividade Exterior Remunerada							
Principal	2 356	1 148	369	89	542	305	148
Secundária	260	126	50	15	42	30	19

Fonte: INE

O Turismo em Espaço Rural, assume hoje um papel preponderante para diminuir esta tendência, sendo neste sentido que a ADRIL vem trabalhando nestes últimos anos, aliando o vasto espólio arquitectónico, ambiental, cultural ao desenvolvimento integrado das populações rurais que carecem de meios para se fixarem nas localidades. Não é fácil dominar o êxodo rural, mas com diferentes acções de desenvolvimento, o apoio junto das populações e o conhecimento das mesmas é fundamental para que se encontre algum equilíbrio populacional.

As iniciativas levadas a cabo pela ADRIL, quer no LEADER I quer no LEADER II, tiveram um forte impacto na região, demonstrado pelos resultados favoráveis na recuperação do investimento.

Relativamente ao LEADER I, podemos hoje concluir que gerou grandes transformações na região, sobretudo nas zonas interiores do Vale.

- Difundiou-se o desenvolvimento turístico, que inicialmente se concentrava na faixa litoral e nas maiores aglomerações urbanas;
- Alargou-se a oferta a faixas sociais e etárias com difícil acesso aos benefícios do turismo, com múltiplas oportunidades e a preços reduzidos;
- Criaram-se excelentes condições de relacionamento social e para a troca de experiências entre a população rural do interior e a população urbana, incluindo um número sempre crescente de estrangeiros;
- Recuperou-se um conjunto significativo de exemplares do nosso património cultural e, sobretudo, despertou na população uma relação de afectividade e identificação com esses valores, que tendencialmente se perdia;
- Arreigou-se nessa mesma população a obrigação moral da salvaguarda do património comum e da sua transmissão intergeracional e criaram-se condições reais, nomeadamente pelo carácter demonstrativo das iniciativas, para a sua efectivação;
- Desencadeou-se um processo de aculturação e educação cívica que motivou outras entidades públicas e privadas a investir na continuidade desta iniciativa;
- Constituiu-se um apreciável complemento à economia familiar dos promotores da oferta turística, criando-se mesmo, em muitos casos, novos postos de trabalho;
- Atenuou-se a tendência crescente de desertificação e envelhecimento das aldeias, com a mobilização da população activa no sector terciário e o incremento das ligações familiares entre membros fixados e emigrados;

O Património, como expoente ou manifestação da cultura, é um dos recursos em torno do qual se podem articular estratégias de desenvolvimento rural. Assim o entendeu a ADRIL quando elaborou o seu Plano de Acção Local do LEADER II, tomando como eixo de referência o Património em todas as suas vertentes – natural e cultural, paisagístico e arquitectónico, edificado e evocativo.

Entendeu-se que a cultura em toda a sua dimensão material e imaterial constitui a identidade da região, no seu todo e nas especificidades de cada lugar, assumindo-se, com efeito, como um importante recurso a colocar ao serviço de um novo desenvolvimento.

Os edifícios, as estruturas rurais (anexos agrícolas, caminhos, pontes e muros), os padrões culturais e religiosos, a própria estrutura fundiária, os sistemas de cultivo, o aparato dos ofícios, foram construídos para responder às necessidades sociais, económicas e culturais das gerações que nos precederam e traduzem o esforço de desenvolvimento de cada época. Representam, assim, um activo fundamental para conservar viva a memória colectiva, a alma da população rural.

Mas os ajustamentos sociais e económicos que no passado recente marcaram indefectivelmente o nosso país, reflectindo-se de forma diferente em cada região, acentuaram, em muitos casos, assimetrias históricas e recresceram distorções que deixaram marcas profundas no habitat e no equilíbrio da paisagem. Produziram-se, assim, claras roturas por efeito da inadaptabilidade das estruturas tradicionais aos padrões e exigências de uma qualidade de vida para a qual uma grande maioria da população, se bem que ansiosa e justamente credora, não estava ainda em perfeita sintonia.

À incapacidade das tutelas públicas na gestão da mudança acrescia o sentimento, por parte da população, de que o passado evocava privações, falta de conforto, uma vida dura que pretendiam esquecer, pelo que todas as

referências, mormente as edificadas, que lhe recordavam, mesmo como testemunhas passivas, esse pesadelo, constituíam assombrações que urgia derrubar ou pelo menos, reformular.

Esta mentalidade, inicialmente difundida na classe emigrante e depois generalizada com o apoio ou, pelo menos, com a apatia da sociedade culta, acabaria por provocar uma reacção a favor da reabilitação do património, da redescoberta da sua autenticidade e de um novo respeito pelo passado. Este posicionamento, já então alinhado com o que de mais avançado se fazia em toda a Europa, encontrou mesmo soluções práticas que viabilizavam economicamente a recuperação e a conservação, conferindo ao Património um desempenho determinante na promoção do desenvolvimento rural.

Foi nesta perspectivas que o LEADER II se ajustou à realidade do Vale do Lima. A aposta feita na versão anterior, com a reconversão pioneira de algumas estruturas rurais orientadas para o Turismo e a produção local, poderia ser potenciada em torno de um denominador comum que despertasse sinergias numa articulação integrada desses projectos e de outros que viessem a ser contemplados. Esse denominador comum foi, por opção assumida, o Património.

Foi possível, assim, reforçar a oferta de alojamento turístico do Soajo com uma nova acção no Lindoso, corrigindo pontualmente alguns aspectos técnicos da intervenção. Recuperaram-se 18 casas que tiveram efeito multiplicador, gerando iniciativas semelhantes dentro e fora destes aglomerados e motivando as próprias autarquias para beneficiar o espaço público. A aldeia do Soajo é hoje um lugar de referência nos roteiros do património, com uma boa oferta de serviços e proporcionando uma melhor qualidade de vida.

O sucesso destas experiências induziu dentro do próprio Programa outro tipo de iniciativa-piloto — o reforço de centralidades nas freguesias periféricas de

habitat disperso. Com este projecto, as freguesias com a população pulverizada ou agrupada em pequenos aglomerados indistintos, desprovidas

de identidade própria e susceptíveis de ceder a processos de aculturação estranha, poderiam reforçar uma centralidade representativa, em que todos se revissem. Nasceu, assim, o projecto dos Centros Cívicos, testado em três freguesias com características de ordenamento distintas, sendo já perceptível a receptividade local e o impacto gerado. Mais uma vez o Património foi a pedra angular desta nova iniciativa. Pequenas intervenções no edificado que, em alguns casos, não passaram de mera sugestão a ter em conta em próxima oportunidade; criação de um serviço de interesse público ou de um pequeno equipamento capaz de gerar animação e actividade, à custa da recuperação de um edifício mais significativo; melhoria da imagem do espaço público (remoção de fios aéreos, utilização de materiais tradicionais, alguma arborização e jardinagem, reintegração de elementos relevantes do edificado, colocação de mobiliário urbano ou instalação de sinalética).

Também no capítulo das Itinerâncias, as temáticas sugeridas justificaram uma ou outra publicação e algumas intervenções pontuais em valores assinaláveis do Património natural e cultural – o Caminho Português de Santiago, o Itinerário do Românico, os moinhos da Montaria ou o ecossistema da Veiga de S. Simão foram novos exemplos de como o Património pode constituir o argumento forte para um desenvolvimento sustentado e contribuir, simultaneamente, para reforçar a identidade cultural de uma região.

Para concluir esta abordagem é conveniente registar o contributo do Património, em todas as suas vertentes, para tornar possíveis os projectos de cooperação que a todos os níveis se verificaram no âmbito do LEADER II – ao nível local, com a criação do Turismo de Aldeia e a intervenção nos Centros Cívicos; ao nível regional, com a recuperação de três antigos edifícios, adaptando-os a Centros de Mostra de Produtos Locais; ao nível nacional, envolvendo parcerias com outros agrupamentos LEADER, que conduziram à constituição da ATA – Associação do Turismo de Aldeia e da CENTER –

Central Nacional de Turismo no Espaço Rural; e ao nível transnacional, integrando o esforço comum de diversos países da União Europeia na

consolidação do Label “Aldeias de Tradição”, onde, mais uma vez, o Património é a referência central e o pilar do seu sucesso.

É nesta perspectiva de desenvolvimento que surge a candidatura à Medida 7.1 do Programa Agris, dando continuidade ao trabalho realizado por esta Associação, para que cada núcleo rural se valorize e dê melhores condições de vida às populações.

A candidatura parte como fio condutor duma estratégia levada a cabo pela ADRIL, no qual se lança mais uma pedra na construção do desenvolvimento integrado, partindo dum diagnóstico mais personalizado num determinado núcleo, avaliando as potencialidades do território bem como os seus estrangulamentos.

O diagnóstico pressupõe, ainda, a sensibilidade da equipa que trabalha no terreno, para identificar os problemas do núcleo rural, envolver toda a população num trabalho conjunto de dinamização, fazer-lhes sentir a importância da sua localidade, bem como a sua própria importância no desenvolvimento da mesma.

O diagnóstico elaborado parte de um estudo do local, que embora duma forma resumida, estabelece um conjunto de informações necessárias à intervenção. O diagnóstico das condições existentes, das potencialidades, dos estrangulamentos, pontos fortes e pontos fracos, irão permitir definir uma linha de actuação no futuro, aquando a implementação do Plano de Intervenção.

Metodologia

A recolha de dados para a elaboração do Plano de Intervenção, baseou-se na análise dos locais a intervir, onde o objectivo foi essencialmente actuar em zonas mais desfavorecidas, e onde fosse possível conciliar as mais valias existentes do local, passando obviamente pela valorização e melhoramento dos espaços públicos para benefício de toda a população.

Numa primeira fase, com a colaboração da VALIMA, foram sugeridas pelas Câmaras Municipais do Vale do Lima, vários núcleos onde se previa a actuação da Medida, partindo do prévio conhecimento do âmbito de actuação da mesma.

Numa segunda fase, depois de identificados os locais a intervir, foram contactados os Presidentes de Junta para reunir os potenciais promotores, onde foi publicamente apresentada a Medida junto da população, (essencialmente no fim da Missa Local), para começar a elaborar o levantamento das situações a intervir.

Foram constituídas equipas que trabalharam junto das pessoas, com o apoio da autarquia, que divulgou a iniciativa como recolheu os nomes dos interessados. Foram levantados e fotografados possíveis intervenções, com o preenchimento de uma ficha que descreve os trabalhos a elaborar e quantifica os respectivos custos. Paralelamente foram recolhidos dados estatísticos referentes às freguesias, para uma melhor caracterização da população e realizaram-se reuniões de trabalho, que envolveram agentes locais. Foram ainda contactadas diversas instituições para recolha de informação complementar, como a Direcção Regional de Agricultura de Entre-Douro-e-Minho, Câmaras Municipais, Parque Nacional Peneda-Gerês, e a Associação de Municípios do Vale do Lima – VALIMA.

Referências Históricas e Património

A primeira referência a Germil data das Inquirições de D. Afonso III, de 1258, sendo aí mencionada "In collatione Saneti Vincentii de Gilmir (...)".

Nelas se informa também que "Gilmir et Vergazo sunt de Armelo, et que jacem in couto per padroes". Em 1528, o Livro dos Benefícios e Co-mendas, registava São Vicente de Germil como sendo anexa ao mosteiro de Vila Nova de Muia. O Censual de D. Diogo de Sousa, poucos anos atrás mencionava-as já dessa forma. Américo Costa descreve esta freguesia como curato anexo ao dito convento de Muia, que se tornou, mais tarde, freguesia independente com o título de vigairaria. Em termos administrativos, pertenceu, em 1839, à comarca de Ponte de Lima, em 1852, à de Arcos de Valdevez e, em 1878, à de Ponte da Barca. Em 1927, pelo decreto n.º 13917, de 9 de Julho, a comarca de Ponte da Barca foi suprimida, sendo as freguesias do concelho anexadas, para efeitos judiciais, à de Arcos de Valdevez.

Actividades económicas: Agricultura

Festas e Romarias: S. Vicente (22 de Janeiro), Coração de Jesus (3.º domingo de Setembro) e Senhora da Penha de França (último domingo de Setembro)

Património: Igreja paroquial, alminhas do Barreiro e relógios de sol, espigueiros.

Orago: S. Vicente



Fig 1 – S. Vicente

Em 1804, surgiu o primeiro espigueiro na Freguesia de Germil, junto a um cruzeiro. No entanto a freguesia é composta por mais espigueiros , tendo características próprias, pois elevam-se em bases de pedra.

À saída do lugar, e em direcção a Terras de Bouro e S. António de Mixões da Serra, após a última casa, encontra-se, do lado direito da estrada, um moinho de arquitectura bastante interessante e singular. Tem paredes e cobertura de pedra, cale de pedra bem aparelhada e cubo cilíndrico igualmente em pedra

Já na povoação, existe um pequeno largo com um espigueiro e um pelourinho . Virando neste largo à direita encontramos a parte mais antiga da povoação, com um núcleo urbanístico bastante denso, cujo nome é o lugar de Baixo. É neste lugar que estão dois relógios de sol, um colocado numa lage de granito em cima de um telhado duma pequena casa desabitada, o outro, na Eira do Pereira, no topo de um dos espigueiros ali existentes.



Fig. 2 – Relógio de sol no espigueiro

Germil oferece, a par da Freguesia de Sistelo no concelho vizinho de Arcos de Valevez, uma das mais espectaculares paisagens humanizadas, típicas de um povoamento serrano. Já foi terra de 2000 cabeça de cabras, cuja pastorícia era feita de forma vezeira, duas pessoas por dia, um dia por cada cabra, sendo ainda hoje uma prática utilizada entre vizinhos mas com um menor número de efectivos animais.

Artesanato

Embora o artesanato local deste núcleo seja vasto, muitas das actividades até então praticadas são hoje apenas demonstrativas, ou então, representam uma pequena parte da economia local.

São vários os artifícios desta freguesia, destacando-se o artesanato ligado ao gado caprino e bovino, bem como a cestaria sendo esta actividade uma das mais importantes que servia de suporte financeiro a várias famílias.

A Cestaria

Como foi dito anteriormente, esta actividade tradicional estava bastante implantada neste local, dividindo-se na cestaria tradicional e de junco, com a produção de vestuário para proteger os pastores do frio e da chuva.

A sua técnica reverte-se para a colagem das «tiras» (nome atribuído à madeira cortada e tratada), umas na vertical e outras na horizontal, em quantidade variável e de acordo com o artigo pretendido. Estes produtos são feitos com madeira de mimosa, salgueiro, amieiro, freixo carvalho e castanheiro.

Esta actividade é hoje escassa, não só pelo aparecimentos dos plásticos, mas também a não continuidade de jovens artesãos nestes meios cuja tendência de desertificação se tem vindo a acentuar.

O cesteiro fazia todo o tipo de cestas e cestos necessários às várias tarefas agrícolas e do quotidiano, o canastro, o cesto vindimeiros, a cesta da feira entre outros. Nas freguesias de Ermida, Germil e Entre-Ambos-os-Rios, surge um cesto de forma única: quadrado do fundo até meia-altura, alargando-se depois e torna-se arredondado na extremidade.

Relativamente à cestaria de junco, os seus principais produtos são a croça (capa colocada sobre os ombros), o croço (croça sem capucho), e o corucho (protecção para a cabeça).

Estes produtos faziam parte do vestuário das zonas serranas, pois eram elementos fundamentais para a protecção das chuvas e do frio que se faz sentir nestas regiões.

Tecelagem do Linho e da lã

Também concedida por tecelagem tradicional, o linho possui características próprias desde a sua sementeira até à manufactura. O linho é tecido em teares manuais, conferindo-lhe uma genuinidade única, cuja importância desta espécie na região foi muito importante no desenvolvimentos de vestuários, cortinas, panos, tolhas, etc...

Hoje, o linho atravessa dificuldades, essencialmente na sua produção e cultivo, no entanto, a seu rejuvenescimento está cada mais vivo, existem várias associações que o trabalham, e a aposta está ganha. Será necessária uma maior promoção deste produto, bem como uma maior diversificação no seu uso, a cada vez mais procura em peças de vestuário (até mesmo por estilistas), poderá ser um bom augúrio para a preservação e manutenção do linho tão característico no Minho.

Para além do linho, Germil identifica-se mais com a produção de lã. A paisagem agreste e de altitude proporciona naturalmente a criação de gado caprino e bovino. Embora as ovelhas e cabras não assegurassem um rendimento mais ou menos seguro, para o agregado familiar pela venda das crias, eram essenciais para o seu abastecimento em carne e leite. Sendo nesta região predominante o invernos frios e rigorosos, a ovelha fornecia um importante matéria –prima: a lã.

Pisoada (batida num engenho de forma a tornar-se mais resistente e maleável) ou apenas tecida, a lã dava resposta a quase todas as necessidades de vestuário da população, desde de capas, calças, meias, gorros, mantas e cobertores. Desvalorizada por muitos devido à sua rusticidade, a verdade é que estas peças são manufacturadas com uma lã pura e segundo técnicas tradicionais.

Tamancaria

Os “tamancos”, “socos” ou “chancas” eram o calçado tradicional de quem habitava nas zonas rurais, particularmente nestas aldeias minhotas. Os tamancos nas suas diversas formas, podem ser abertos ou fechados, divergindo o seu tamanho e feitiço tal como a sua utilização. Verifica-se que hoje

em dia, embora sendo ainda objectos utilitários, a sua função é cada vez mais decorativa, sendo exemplo disso os tamancos em miniatura ou mesmo o tipo de tamanco aberto utilizado para o suporte de garrafas.

Bordados

Nesta actividade são utilizadas matérias já produzidas ou em produção, ou seja, existe uma complementaridade entre as actividades artesanais. Qualquer artigo pode ser concluído com um pequeno bordado. Os bordados são ainda hoje muito utilizados, sendo o número de “praticantes” maior do que qualquer actividade atrás mencionada, mas o importante é zelar pela manutenção destas actividades, naturalmente não serão actividades de relevo como outrora o foram, a manutenção destes artificios é fundamental, para o enraizamento de culturas, hábitos sociais, ou mesmo novas formas de vida, que despertam gentes de diversos quadrantes sociais.

Localização Geográfica

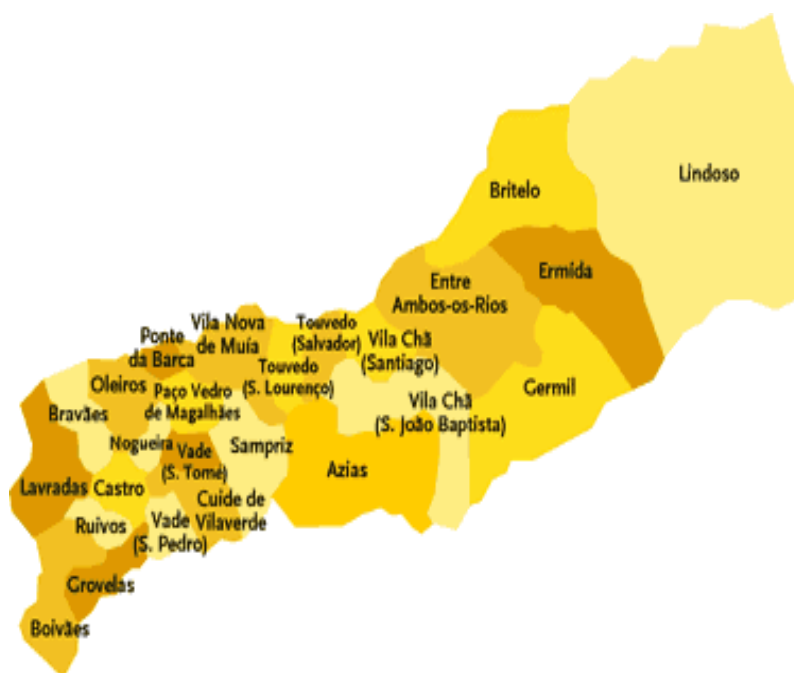


Fig-3 Freguesias do concelho de Ponte da Barca

Germil dista cerca de 17 km da Vila de Ponte da Barca. Estende-se por entre vales e montanhas de férteis terras da Serra Amarela. Tem a circundar a sua área territorial as freguesias de: Vila Chã (S. João), Entre Ambos-os-Rios, Ermida e o concelho de Terras de Bouro. O Núcleo Rural do Germil, abrange uma área com aproximadamente 13 Km², onde reside uma população de 70 habitantes, situado no concelho de Ponte da Barca, distrito de Viana do Castelo, região do Minho.

Esta freguesia situa-se em pleno Parque Nacional Peneda-Gerês, numa zona montanhosa, onde é servida pela estrada nacional que liga Ponte da Barca à fronteira de Espanha, tendo ligação pela estrada Municipal que liga a freguesia de Entre Ambos o Rios até ao concelho de Terras de Bouro estando assim Germil num ponto de passagem como também central em relação a Terras de Bouro e Ponte da Barca.

Caracterização Edafo-Climática

Germil insere-se numa região de transição, das influências mediterrâneas, atlântica e de altitude. Os invernos são em geral chuvosos e frios, Primaveras e Outonos irregulares e com predominância de Verões quentes e secos.

Nesta área montanhosa com altitudes agrestes, verificam-se precipitações anuais superiores a 2000mm, temperaturas médias anuais de 12°C, um número de horas de radiação solar inferior a 2000 horas/ano e um número de dias de geada (e por vezes neve), superiores a 20 dias/ano.

Do ponto de vista morfológico, destacam-se três unidades distintas: até 200 metros de altitude constata-se uma zona de depressão fluvial que se estende desde a fronteira até aos arredores de Ponte da Barca, entre 200 e os 600 metros de altitude, observa-se uma zona de transição entre a depressão e a montanha de relevo pouco acidentado, acima dos 600 metros é já uma área de montanha, onde pontifica o contínuo montanhoso da serras da Peneda e Amarela.

Os solos são de textura ligeira ou mediana, de consistência fraca, marcados pelas peculiaridades da agricultura local e pelo clima. Os solos são pouco evoluídos e de profundidade variável, função da latitude a que se localizam e particularmente dos declives a que estão sujeitos.

Caracterização Demográfica

A população residente do Núcleo Rural é de 70 habitantes (Censos 2001). A estrutura etária desta população caracteriza-se pela seguinte distribuição:

Quadro 1 - Estrutura Etária da População Residente

	2001	%
0 -14	3	4,3
15-24	7	10
25-64	22	31,4
+65	38	54,3

Fonte: INE - CENSOS 2001

Através da leitura deste quadro, podemos concluir que o índice de envelhecimento atinge valores preocupantes, uma vez que mais de metade da população actual tem idade superior a 65 anos. Impulsionar a dinamização e motivação na população com idades entre os 15-64 anos deverá ser a prioridade dos apoios comunitários, para que os mesmos se sintam capazes de conservar e criar novas oportunidades com os meios que dispõem.

A baixa densidade populacional desta área (5,4hab./Km²) é representativa de uma área rural por excelência, existindo várias oscilações de valores no interior da mesma.

Quadro 2 - Densidade Populacional (Hab/Km²)

	1981	1991	2001
Germil	11,5	7,9	5,4
P. Barca	76,8	72,1	70,8
Vale do Lima	97,7	92,1	90,9

Fonte: INE - CENSOS 2001

As percentagens de variação da população diminuíram em todos os quadrantes mencionados, desde o Vale do Lima até à freguesia de Germil, sendo comparativamente aos outros dois índices indicados (Vale do Lima, Ponte da Barca), um valor bastante superior, que de 1981 para 2001 desceu mais de metade.

O quadro permite-nos concluir que embora o Vale do Lima não tenha tido uma grande quebra, a população está cada vez mais concentrada em meios urbanos ou nas proximidades, o fluxo das populações mais jovens tende para locais onde são proporcionadas melhores condições de vida, quer ao nível de alternativas de emprego, quer de melhoria de estatuto.

Não tendo dados estatísticos exactos relativamente à emigração, o contacto com a população permitiu-nos saber que, os emigrantes de Germil quase duplicam o número de população residente nos meses de verão, essencialmente em Agosto, cuja proveniência se acentua nos países europeus (França e Suíça) em primeiro lugar seguindo-se os Estados Unidos e Canadá.

Nível de Instrução da População Residente

Quadro 3 - Nível Instrução População

	2001
Nenhum Nível de Ensino	33
1º Ciclo Ens. Básico	28
2º e 3º Ciclo Ens. Básico	6
Ens. Secundário	2
Ensino Superior	1
Outro Ensino	

Fonte: INE - CENSOS 2001

O nível de instrução da população deste núcleo rural está representado no quadro 3, espelha o baixo nível de instrução da população. A taxa de analfabetismo desta população situa-se nos 47,1% onde apenas 7 pessoas frequentam actualmente a escola, o que representa apenas 10% da população.

Esta análise permite-nos, não apenas confirmar o anteriormente exposto sobre o nível de instrução, mas também concluir sobre o déficit de desenvolvimento de que esta área sofre – baixo nível de instrução de uma população é um dos maiores obstáculos ao seu desenvolvimento. O número de estabelecimentos de ensino é cada vez menor, o que acontece não só neste núcleo, tendo influência directa no desenvolvimento da freguesia. O ingresso de diversos alunos em escolas distantes, para junto de familiares ou amigos, provoca o distanciamento da terra natal e por vezes acabam por ficar nas localidades onde desenvolveram os estudos.

Alojamento Familiar

A existência de aglomerados habitacionais nesta área com características rurais típicas, os quais, quer pelas características arquitectónicas dos seus imóveis, exemplares típicos da arquitectura popular, quer pelo modelo de vida dos seus habitantes, com os seus usos e costumes, formam um verdadeiro “nicho de ruralidade”. Germil é bem o exemplo desta ruralidade, essencialmente no Lugar de Baixo, onde a concentração de casas típicas é significativa, conferindo-lhe uma peculiar centralidade e antiguidade, na qual a nossa memória facilmente recua no tempo.

Quadro 4 – Alojamentos Familiares

Alojamento Familiar	N.º
Famílias Clássicas	29
Alojamentos Familiares Classicos	57
Alojamentos Famili. Res. Habitual	28
Alojamento Ocupados para uso Sazonal ou Secundário	28
Alojamentos Vagos	1
Alojamentos c/ Esgotos	20
Alojamentos s/ Esgotos	8
Licenças concedidas p/ construção de edificios de Habitação	2
Alojamentos com Electricidade	27
Alojamento sem Electricidade	1
Alojamentos com água	25
Alojamentos sem água	3
Nº Médio Individ. P/ alojam. Familiar (R. Hab)	2,50

Fonte: INE - CENSOS 2001

No caso dos alojamentos familiares, verifica-se alguma precariedade em algumas casas que não têm esgotos, luz ou água, mas felizmente o número é reduzido relativamente ao total. As condições básicas de habitabilidade neste núcleo estão garantidas quase na totalidade, não sendo sinónimo de boas condições de vida, se atendermos que existem ainda 30 casas que não têm esgotos.

Equipamentos e infra-estruturas Básicas

Da análise do quadro 5 - Equipamentos e infra-estruturas básicas e depois de constatada a realidade no terreno, podemos afirmar que neste núcleo rural as infra-estruturas básicas apresentam um baixo grau de satisfação, facto que constitui actualmente um dos grandes entraves à melhoria da qualidade de vida da população residente e ao desenvolvimento económico e social desta área.

Quadro 5 – Equipamentos e Infra-estruturas Básicas

Equipamentos e Infra-estruturas Básicas	Existe / Não Existe
Minimercado	Existe
Rede Pública Abastec. Água	Não Existe
Rede Pública de águas Residuais	Não Existe
Recolha Lixo	Não Existe
Estação ou Posto Correio	Não Existe
Ensino Básico 1º Ciclo- Público	Existe
Centro de Saude ou Extensão	Não Existe
Farmácia	Não Existe
Centro de Dia	Não Existe
Biblioteca	Não Existe

Fonte: INE - CENSOS 2001

Acessibilidades

As acessibilidades no interior do Vale do Lima têm vindo a sofrer algumas pequenas melhorias, mais qualitativas do que quantitativas, mantendo-se a acessibilidade externa numa situação muito mais favorável do que a interna.

A rede viária principal permanece inalterada, há décadas e só a construção da auto-estrada veio introduzir uma modificação profunda, em 1998.

Grande parte dos investimentos dos municípios no programa operacional regional do II QCA – PRONORTE - dirigiram-se para a rede viária municipal, a qual, em termos de qualidade da infra-estrutura tem vindo a melhorar consideravelmente, não sendo porém suficiente proceder apenas a este tipo de intervenções. Uma intervenção mais estruturante, com uma hierarquização da rede, possibilitando a circulação entre as sedes de concelho, em melhores condições de velocidade e segurança que as actuais, impõe-se há muito tempo, estando programada no Plano Rodoviário Nacional, como prioritária, a construção (conclusão) dos IC1 e IC28, eixos rodoviários que, embora de nível nacional, constituem eixos de crucial importância na articulação entre a auto-estrada e as estradas de nível municipal. Trata-se de dois eixos prioritários, um litoral, o IC1, no sentido norte-sul, ligando Viana do Castelo à Área Metropolitana do Porto e à Galiza e o outro, o IC 28, longitudinal, ligando a cidade de Viana do Castelo a todo o *hinterland* rural do Vale do Lima, prolongando-se para Espanha. Ambos os eixos, uma vez concluídos, funcionarão como nível estruturante de toda a rede viária do vale.

Neste contexto de acessibilidades, os acessos a Germil são principalmente, a estrada nacional que vem de Ponte da Barca até à fronteira, prolongando-se para a Galiza, onde se avizinham as localidades de Lobios e Entrimo, bem como pela estrada secundária que atravessa toda a montanha desde Entre Ambos os Rios até Terras de Bouro, estando neste caso o núcleo entre Ponte da Barca e Terras de Bouro.

Saúde e Segurança Social

O nível de atendimento da população dos serviços de saúde e assistência social nesta área, está muito distante de ser satisfatório.

A descrita situação, associada à considerável percentagem de população de idosos residente neste núcleo rural, com grandes dificuldades de deslocação, constitui um factor altamente penalizador da qualidade de vida dos residentes, contribuindo para o acentuar das diferenças entre o interior rural e as freguesias e concelhos mais próximos do litoral sempre privilegiados neste tipo de serviços.

Os residentes para se deslocarem ao centro de saúde, precisam muitas vezes de um táxi para irem até à sede do concelho (centro de saúde mais próximo).

Estrutura Económica e Meios de Produção

No que diz respeito à população empregada, na sua maioria encontra-se ocupada no sector primário, nomeadamente na agricultura.

	Índice de Actividade
Taxa de Actividade	25,2%

Fonte: INE - CENSOS 2001

As estatísticas sobre a caracterização dos três sectores de actividade económica, a população activa, indica que no concelho de Ponte da Barca, a população activa apresentou um decréscimo de 1950 a 1960, um aumento de 1960 a 1970 e um novo decréscimo de 1970 a 1981. Verifica-se ainda, que a população activa masculina tem vindo a diminuir, comparativamente de 1991 e 2001 estando a população activa feminina a aumentar como demonstra o quadro 6.

Quadro 6 – Dist. Por sexo (residente)

	1991				2001			
	Homens	%	Mulheres	%	Homens	%	Mulheres	%
Germil	43,0	41,7%	60,0	58,3%	30,0	42,9%	40,0	57,1%
P. Barca	6.048	46,0%	7.094	54,0%	6.068	47,0%	6.831	53,0%
Vale do Lima	45.146	45,8%	53.418	54,2%	45.507	46,8%	51.767	53,2%

Fonte: INE - CENSOS 2001

Ainda nos três sectores de actividade, os valores de evolução da população activa esteve estável até 1970, dando-se uma diminuição significativa do sector primário até aos dias de hoje, contrastando com o aumento do sector secundário e terciário.

A maioria da população trabalha na agricultura, com exploração de subsistência, pouco rentáveis e consequentemente provocando a escassez de meios financeiros dos seus habitantes.

Quadro 7 – Estado civil da população

Estado civil da população	Número de indivíduos
População residente HM – Solteiro	14
População residente HM – Casado c/ registo	46
População residente HM –Viúvo	10
População residente HM –Separado	—
População residente HM –Divorciado	—

Fonte: INE - CENSOS 2001

Actividade Agrária

A actividade agrária de Germil, representa ainda hoje uma boa parte da actividade existindo ainda 18 explorações agrícolas com Superfície Agrícola Utilizada, num total de 726 ha segundo os dados estatísticos de recenseamento geral agrícola de 1999.

Quadro 8 – Actividade Agrária – Dados gerais

Dados Gerais	Nº de explorações	Valor
Explorações	18	735 ha
Superfície Agrícola Utilizada (SAU)	18	726 ha
Superfície Agrícola Utilizada (SAU) – Por conta própria	18	726 ha
Matas e florestas sem cult. Sob-coberto	10	5 ha
SAU por exploração	40,35 (ha/exploração)	
Blocos com SAU exploração	20,56 (nº de explorações)	
Superfície irrigável	17	27 ha
População agrícola	58 indivíduos	

Fonte: INE-RGA99

Como podemos verificar nos dados acima mencionados, tal como foi referido anteriormente, mais de metade da população dedica-se à agricultura, por outro lado e dada a dimensão média de SAU por exploração, facilmente se conclui

que se trata de explorações de agricultura extensiva dedicada à pastorícia, num claro aproveitamento dos recursos naturais da região.

Ainda segundo os dados estatísticos do RGA 99, o número de explorações em é de 18 explorações, havendo um decréscimo de 10 explorações quando comparado como os dados do RGA 89. Este dado revela que apesar da agricultura ser a principal actividade, também ela acompanha e diminuição da população nos últimos anos.

Quadro 9 – Utilização das terras

Utilização das terras	Nº de explorações	Superfície (ha)
Cereais para grão	15	3
Leguminosas secas para grão	15	1
Prados temporários e culturas Forrageiras	17	13
Batata	15	1
Horta familiar	16	—
Frutos secos	2	—
Vinha	17	1

Fonte: INE-RGA99

A utilização de terras é baseada essencialmente no cultivo de prados, uma vez que estes são essenciais ao gado bovino e caprino existente, estando de seguida os cereais em grão. Embora o número de explorações seja elevado se comparado com a superfície utilizada para o cultivo da vinha, batata, leguminosas, horta e frutos secos, conclui-se que de facto, estamos perante uma agricultura de subsistência, onde existem várias parcelas onde é cultivado um pouco de tudo, para consumo do agregado familiar.

Estas parcelas têm cunho próprio das zonas serranas, divididas por pequenos muros em pedra, que não só identificam os proprietários, como também protegem as culturas dos ventos e geadas, formando um lindíssimo rendilhado de muros e parcelas, apanágio desta região.

Efectivo Animal

O efectivo animal abrange a maior fatia da actividade agrícola de Germil, representando a principal fonte de rendimento da população, em que os ovinos e caprinos são os mais predominantes neste núcleo.

A sua utilidade nesta região é sem dúvida importante, não só pelo facto de fornecerem à população alimento, vestuário, venda de animais para a restauração e particulares, mas fundamentalmente, contribuem para a manutenção e preservação do ecossistema, com o cultivo de pastagens e forragens que conferem ao local uma paisagem humanizada de grande relevo.

Quadro 10 – Efectivo animal

Utilização das terras	Nº de explorações	Número
Bovinos	15	56
Ovinos –fêmeas reprodutores	7	463
Caprinos – fêmeas reprodutoras	7	279
Coelhos	3	15
Coelhos –fêmeas reprodutoras	3	4
Aves	16	136
Aves – Frangos de carne	10	21
Aves – Galinhas poedeiras e reprodutoras	15	115

Fonte: INE-RGA99

As explorações agrícolas referidas, são quase na sua totalidade, agricultores empresários individuais. Como referido anteriormente e, analisando o quadro nº10, os ovinos e caprinos ocupam a maior parte do efectivo animal, seguindo-se os bovinos de raça barrosã na sua maioria. As condições naturais da região e a pastorícia extensiva, são as condições ideais para estas raças autóctones, sendo os seus produtos de extrema qualidade. O aproveitamento destas raças para o desenvolvimento da produção de carne biológica, é sem dúvida um factor a não descorar nos dias de hoje possibilitando a manutenção da agricultura aliada a preservação ambiental e paisagística.

As outras espécies (aves e coelhos), ocupam um papel secundário, a sua produção é essencialmente para consumo próprio e esporadicamente vendida em alturas festivas a populações vizinhas ou em feiras concelhias.

Equipamentos agrícolas

Baseado no RGA 99, os equipamentos agrícolas são uma grande escassez em Germil, onde os dados apontam para a existência apenas de dois tractores com potências menores a 50CV, porém, os desníveis acentuados do terreno não permitem uma grande utilização de tractores ou outras máquinas do mesmo género.

Quadro 11 – Produtor agrícola singular

Produtor agrícola singular	Nº de indivíduos
Produtores	17
Sexo: homens	4
Sexo: mulheres	13
Idade: 25 a < 40 anos	4
Idade: 40 a <55 anos	7
Idade: 55 a <65 anos	4
Idade: >=65 anos	2
Nível de instrução - nenhum	10
Nível de instrução - básico	7
Tempo agrícola >=50% a <100%	17

Fonte: INE-RGA99

A análise do quadro, permite-nos tirar conclusões bem reveladoras da forte perda de interesse pela agricultura pelos jovens, pois as tarefas são na sua maioria árduas, os rendimentos são escasso e tudo isto aliado ao baixo brilho profissional que a agricultura confere nos dias de hoje.

Os produtores agrícolas são maioritariamente mulheres representando 76% do número total de produtores. A população activa no sector apresenta idades avançadas, onde 76% tem acima dos 40 anos. Por outro lado, o nível de instrução predomina o analfabetismo com uma taxa cerca dos 60% dos indivíduos, tendo os restantes 40% o ensino básico.

Saliente-se ainda, que os produtores ocupam todos mais de metade do tempo no trabalho agrícola, revelando ser a principal actividade à qual se podem dedicar.

Evidentemente que, cativar os jovens para estas práticas é extremamente difícil, mas não é de todo impossível criar novas formas de rendimento com as matérias primas existentes, principalmente se forem de qualidade. O Turismo Rural, a Agricultura Biológica, a Manutenção da Paisagem, são factores a levar em conta não só pelos residentes, mas fundamentalmente pelos organismos tutelares, pois o desaparecimento total destas povoações terá consequências irreversíveis para a continuidade dos meios rurais.

Estratégia

A área de influência da ADRIL tem beneficiado desde 1991 de uma zona de intervenção LEADER, onde o desenvolvimento tem sido lento mas consistente, nomeadamente no despertar da consciência da população local para a necessidade de preservação da sua identidade cultural e recuperação e revitalização do património cultural e ambiental. A importância do aproveitamento harmonioso dos recursos locais, são e devem continuar a ser, a prioridade de intervenção deste núcleo rural, havendo necessidade de reforçar os apoios de maneira a evitar a degradação de um património que a todos pertence e que por todos deve ser preservado, garantindo um futuro mais próspero e vida no meio rural.

Foi essencialmente este espírito de mudança e de luta contra a fatalidade ou morte anunciada do “mundo rural”, que motivou a ADRIL a apresentar esta candidatura à Acção 7 “Valorização do Ambiente e do Património Rural”, Subacção 7.1. “Recuperação e valorização do património, da paisagem e dos núcleos populacionais em meio rural”, pois é vontade de todos (autarquias locais, associações e população), aproveitar esta iniciativa para melhorar as condições de vida a nível local, aproveitar os recursos endógenos disponíveis para criar mais rendimentos e valorizar as aldeias e toda a sua zona envolvente, valorizando, assim, a auto-estima da população residente.

As expectativas são enormes, os contactos estabelecidos a nível local são a prova disso, a participação dos agentes locais e dos futuros promotores, que apresentaram um largo conjunto de ideias, que querem ver concretizadas, sendo este programa, apenas, o início de muitas outras iniciativas a concretizar.

Analisados os pontos fortes e as debilidades existentes na zona de intervenção do núcleo rural verificamos o seguinte:

Pontos Fortes:

- *Existência de um grupo de pessoas interessadas em investir, na recuperação patrimonial e ambiental;*
- *Consciência de da situação de subdesenvolvimento;*
- *Existência de importante património etnológico;*
- *Existência de importante património construído e ambiental;*
- *Disponibilidade de mercados para produtos e actividades tradicionais dos meios rurais;*
- *Água em quantidade e qualidade, no rio Lima, para abastecimentos públicos, produção de energia, irrigação;*
- *Produtos de exploração e agroalimentar de grande qualidade;*
- *Artesanato de qualidade com potencialidades de comercialização;*
- *Alta percentagem de espaços naturais;*
- *Óptimas características rurais, ambientais e naturais;*
- *Baixo ou muito escasso nível de difusão dos novos métodos organizativos e produtivos;*
- *Forte identidade cultural da zona;*
- *Riqueza e diversidade do património cultural e natural (arquitectura rural, usos e costumes, artesanato, paisagens, linhas de água, etc.);*
- *Características montanhosas e rurais da zona, extremamente motivadoras do turismo de recreio, lazer, ambiental e de descanso;*
- *Existência de produtos agrícolas de excelência, com forte aproveitamento dos recursos naturais, como o vinho, a carne de espécies autóctones – Barrosã – o queijo, os enchidos e em pequenas quantidades outros produtos, desde o mel, frutos secos, frutos e legumes diversos, ervas aromáticas etc...*

Pontos Fracos:

- *Declínio populacional e população envelhecida;*
- *Baixo nível de escolarização e formação profissional das populações locais;*
- *Adversidade orográfica;*
- *Baixa nível de participação pública da população e incapacidade de organização e mobilização da sociedade civil local para as causas de desenvolvimento regional;*
- *Contínua saída dos jovens mais qualificados;*
- *Baixos salários;*
- *Agricultura predominantemente tradicional com baixo índice de rendimento que se encontra em contínua decadência*
- *Baixa disponibilidade de recursos financeiros;*
- *Escassez de meios tecnológicos de informação, comunicação e formação;*
- *Pouca importância para as questões do meio ambiente relacionada com a população;*
- *Deficiência nos transportes públicos;*
- *Dificuldades de acessibilidades em certas zonas;*
- *Escassez de infraestrutura de apoio à terceira idade;*
- *Degradação do património edificado;*
- *Reduzida capacidade de investimento;*
- *Fraca presença de outros sectores de actividades.*

Tendo em consideração o exposto e a análise externa e relação continuada dos principais aspectos do Mercado Comunitário que pode suportar ameaças e oportunidades para as zonas rurais de intervenção desta candidatura e conservando a mesma ordem que se utilizou para descrever os principais aspectos territoriais específicos determinantes para o desenvolvimento territorial, temos tentado destacar as principais oportunidades e ameaças que cada supõe para a região em questão. Esta análise foi completada com as principais oportunidades e ameaças que supõem o impacto das principais políticas da União Europeia que incidem sobre o desenvolvimento do território,

tal e como se depreende dos acordos globais alcançados no Conselho Europeu de Berlim em Março de 1999, sobre a Agenda 2000.

Estruturas rurais e urbanas

Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> · III Quadro Comunitário de Apoio · Novas oportunidades turísticas de consumo (contacto com a natureza, a curiosidade cultural, o contacto humano, a necessidade de recuperar laços telúricos); · O emergir de novas formas de turismo, nomeadamente o turismo ambiental, cultural, etnológico e de aventura; · Inserção no Parque Nacional Peneda Gerês; · A relativa proximidade de centros urbanos como Braga, Porto e região da Galiza; · Troca de oportunidades económicas urbanas, sobre todo o nível regional; · Crescente procura turística, quer de portugueses quer de estrangeiros; · Crescente interdependência campo-cidade; · Incremento dos produtos agrícolas de qualidade e do turismo verde, permitindo uma reorientação e uma diversificação positiva deste sector; · Incremento e propensão em aplicar medidas agro-ambientais nas novas políticas. · Possibilidade de diversificar a produção orientada a satisfazer “nichos” de mercado específicos; · Cooperação institucional entre as autarquias locais e a associação de municípios e formas emergentes de organização da sociedade civil e das empresas dos diversos sectores (exemplo demonstrado no que diz respeito ao Programa LEADER.) 	<ul style="list-style-type: none"> · Continua dispersão urbana; · Crescente segregação social nas cidades; · Investimentos industriais crescentes sem garantias de controle ambiental; · Agravamento do processo de despovoamento e abandono das terras, pela diminuição de serviços básicos e o dinamismo das “cidades” rurais; · Alguma (embora fraca), influência do centro urbano de Viana do Castelo, cidade polarizada de todo o vale do Lima, tradicionalmente um vasto hinterland rural daquela cidade; · Desigual acessibilidades entre as regiões rurais da Europa; · Tendência de concentração e aparecimento de corredores de desenvolvimento; · Redes locais de associações demasiado fechadas, isolando as populações, no acesso à informação; · Concorrência dos territórios vizinhos em Espanha, ao nível do emprego e da oferta turística; · Insuficiente conectividade entre redes e entre modos de transporte.

Património natural e cultural

Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> · Áreas de interesse paisagístico e ambiental; · Progresso consideráveis na sensibilização para a melhoria da qualidade das águas dos rios e ribeiros; · Em matéria de política de meio ambiente, tem sido adoptada legislação favorável às regiões menos desenvolvidas (directiva <i>habitats</i>); · Aumento da sensibilidade para conservar o património; · Esforços consideráveis para revalorizar áreas rurais. 	<ul style="list-style-type: none"> · Perda da biodiversidade e áreas naturais; · Fragmentação espacial das zonas protegidas; · Pressão contínua sobre as paisagens culturais; · Pressão sobre o património cultural; · Forte pressões urbana e turísticas e ameaças de projectos de infra-estruturas; · Tendências a adoptar actividades sobre produtoras do património.

Objectivos

A implementação deste programa no núcleo rural objecto desta candidatura, tem como finalidade operar em pequenas recuperações e na valorização do património construído, do património natural, da paisagem e dos núcleos populacionais em meio rural, implementando projectos inovadores e demonstrativos que contribuam para a melhoria de vida dos habitantes desta zona rural e podendo transformar o tecido económico agrário local, criando condições de sustentação da população local, para que esta disponha de rendimentos adequados e atractivos face às condições de vida oferecidas pelos meios urbanos.

Pretende-se com a dinamização, revitalizar e recuperar culturas tradicionais, mitos e ritos que são obra dos próprios agricultores e dos rurais em geral, que começam a desaparecer e que há necessidade urgente de se intervir com alguns apoios financeiros de forma a consciencializar a população para a importância dos seus valores culturais.

O sucesso da implementação e concretização do Plano de Intervenção obriga à permanência de um técnico superior no terreno para apoiar, acompanhar e orientar os promotores e avaliar as a execução das acções bem como o resultado do impacto dos investimentos na zona de intervenção.

A intervenção vai incidir essencialmente na recuperação de fachadas degradadas, valorizando o património rural e criando o enquadramento necessário da zona rural onde se encontram inseridas.

Pretende-se valorizar em conjunto com as iniciativas elaboradas pelo Programa LEADER, aumentar a auto-estima das populações e dinamizar o núcleo para que as condições de vida da população sejam satisfatórias.

Beneficiários

- Câmara Municipal de Ponte da Barca
- Junta de Freguesia de Germil
- Particulares

Tipos de Acções a Desenvolver

- *Infra-estruturas públicas;*
- *Dinamização e promoção do núcleo rural;*
- *Requalificação de espaços públicos;*
- *Recuperação de construções rurais de traça tradicional, através da recuperação das fachadas , telhados e caixilharias;*
- *Valorização de espaços e itinerários pedonais de interesse histórico-turístico.*

Conclusão

O espaço do nosso mundo rural é caracterizado pela baixa taxa de densidade populacional e pela sua importância relativa da agricultura na economia e na sociedade. O rendimento das nossas zonas rurais apresentam níveis muito inferiores aos das zonas urbanas ou semi-urbanas, com tendência a acentuarem-se as mutações económicas e sociais, tornando-as mais vulneráveis ao impacto da globalização.

Analisadas as causas da vulnerabilidade verificamos uma contínua redução do peso da agricultura na economia do país, sem que tenham aparecido alternativas credíveis de maneira a manter-se níveis equilibrados com as zonas urbanas e semi-urbanas, tendo-se verificado, pelo contrário, uma progressiva degradação do rendimento dos habitantes das zonas rurais.

O mundo rural tem pouca capacidade para atrair investimentos nos sectores secundários e terciários, por escassez de infra-estruturas de acesso e acolhimento e, também, pela localização periférica relativamente aos meios urbanos e conseqüentemente aos grandes mercados.

As condições de vida e de trabalho, principalmente para os jovens, são pouco atractivas no mundo rural, devido à degradação crescente que se tem verificado nos últimos anos. Estas condições não estimulam a população a fixarem-se, as expectativas profissionais são poucas, as infra-estruturas culturais, desportivas, educativas e de saúde são quase inexistentes. Esta escassez de recursos aliada à falta de oportunidades profissionais motivadoras para a população activa, principalmente os mais jovens, sem ser capaz de lhes assegurar saídas profissionais compatíveis com a sua formação académica ou profissional.

Acresce aos problemas mencionados, os problemas ambientais, que decorrem da poluição, do abandono rural, dos incêndios florestais e da destruição dos terrenos agrícolas.

A preservação do património ambiental, da paisagem, do património rural, da cultura rural, dos ritos e dos mitos, devem estar na base da identidade e da história de um povo.

O Programa AGRIS, através da medida 7.1. permitirá a aplicação prática de muito do que se tem defendido para o mundo rural e seu desenvolvimento. O desenvolvimento do mundo rural deve ser harmonioso, provocando equilíbrios e estabilidade social, podendo através desta medida contribuir-se decisivamente para a implementação de projectos incapazes de se concretizarem sem este incentivo.

Este Programa permitirá o desenvolvimento integrado numa óptica descentralizada, onde a gestão e acompanhamento será muito próxima do promotor, contribuindo, assim, para melhor rentabilização dos investimentos a efectuar. Os projectos pretendem-se inovadores e demonstrativos e que tenham como beneficiários directos agricultores e não agricultores, entidades colectivas de direito privado e entidades públicas.

A diversificação de actividades a partir da mobilização dos recursos endógenos, a recuperação do património cultural e paisagístico ligado à valorização dos recursos locais e à criação de emprego, associado às experiências até agora colhidas, serão uma mais valia que nos permite afirmar que o carácter descentralizado e a capacidade de mobilização dos agentes locais, juntamente com entidades privadas, cooperativas e associativas, com entidades públicas de âmbito regional e local, são um bom exemplo do garante da viabilização dos projectos apresentados e da sua inserção nos objectivos gerais e na estratégia delineada para o núcleo rural em questão.

A revitalização do meio rural que se pretende para cada núcleo rural prende-se com cada um dos espaços rurais, sem repetir os padrões do passado mas, também, sem perder a identidade local e o valor cultural intrínseco da cada localidade.

Por último, importará relembrar que só existirá mundo rural com vida e dinâmico se dispuser de estrutura dinâmicas e da existência de condições que dignifiquem todos aqueles que lá residam.

